



Normatização sanitária e qualidade microbiológica: a tradição produtiva em debate

Health standards and microbiological quality: the production tradition under debate

**Normas sanitarias y calidad microbiológica:
La tradición de producción a debate**

DOI: 10.55905/rdelosv17.n55-009

Originals received: 03/28/2024

Acceptance for publication: 04/29/2024

Rafael do Valle Paiva

Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA – UFRRJ)
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Endereço: Seropédica - Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: rafael.paiva11@gmail.com

Cristiane Figueira da Silva

Doutora em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Endereço: Seropédica - Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: cfigueirasilva@yahoo.com.br

Natasha dos Santos Rosa

Mestre em Agricultura Orgânica pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária- (EMBRAPA Agrobiologia – UFRRJ)
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Endereço: Seropédica - Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: natasha.ufrrj.rj@gmail.com

Cezar Augusto Miranda Guedes

Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Endereço: Seropédica - Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: cezar.eco@gmail.com

RESUMO

Ao longo de toda a sua constituição o Brasil vivenciou histórias de exploração desigual de seu território, resultando em um quadro de extrema desigualdade econômica e social, seja no campo,



seja na cidade. A exploração intensiva da terra com modelos de produção de larga escala forjou uma enorme concentração de terras em todo o território nacional. A formação de Assentamentos de Reforma Agrária surgiu como resposta ao enorme conflito social que marca o meio rural brasileiro até os dias de hoje. O Assentado de Reforma Agrária aparece como novo ator no processo de disputa por autonomia e independência social e econômica. Contudo, a luta por inserção no mercado formal esbarra em barreiras não tarifárias, que submetem o produtor familiar ao mesmo controle rigoroso da Normatização Sanitária que é impelido aos grandes agropecuaristas nacionais. O presente estudo buscou demonstrar como se dá a relação entre a Legislação Sanitária e a produção tradicional camponesa, quais foram os processos buscados pelos assentados de reforma agrária para contornar as dificuldades impostas pelo regime de controle sanitário vigente no Brasil. Para tanto, trabalhou-se como objeto empírico o Projeto de Assentamento São Fidelis, situado em município homônimo e inserido na principal bacia leiteira do estado do Rio de Janeiro, o que possibilitou o acompanhamento de famílias assentadas com trajetórias na pecuária de leite e que em algum momento se depararam com as condicionantes da legislação sanitária em vigor. Pôde-se observar a ineficácia de atendimento às condicionantes da norma, bem como o desconhecimento das mesmas, o que reflete a debilidade da própria estrutura de fiscalização e acompanhamento da produção animal, por parte dos órgãos competentes. O que se tem é a necessidade de adaptação dos parâmetros sanitários à produção em escala reduzida, possibilitando a introdução desse setor, no mercado formalizado, gerando benefícios tanto para as famílias assentadas, quanto para o consumidor local.

Palavras-chave: agricultura familiar, legislação sanitária, políticas públicas.

ABSTRACT

Throughout its constitution Brazil experienced stories of unequal exploitation of their territory, resulting in a framework of extreme social and economic inequality, either in the field, whether in the city. The intensive exploitation of land with models of large-scale production forged a tremendous concentration of land in the whole national territory. The formation of Agrarian Reform is a response to the huge social conflict that marks the Brazilian countryside until the present day. The Seated on Agrarian Reform emerges as a new actor in the struggle for autonomy and economic independence and social process. However, the struggle for inclusion in the formal market stops non-tariff barriers that they put the family farmer to the same stringent control of Sanitary Standardization that is driven to large national ranchers. This study seeks to demonstrate how is the relationship between the Health Legislation and the traditional peasant production, which are the processes pursued by the settlers of agrarian reform to overcome the difficulties imposed by the regime effective disease control in Brazil. So, we worked as the empirical object São Fidelis Settlement Project, located in the homonymous municipality and inserted in the main dairy region of the state of Rio de Janeiro, which allowed monitoring of settled with trajectories in dairy farming families and in some point are faced with the constraints of the health legislation. It was observed the ineffectiveness of compliance with the conditions of the standard as well as the lack of the same, reflecting the weakness of the structure of supervision and monitoring of animal production, by the relevant bodies. What we have is the need to adapt the production of sanitary scaled parameters, enabling the introduction of this sector, the formal market, generating benefits for both families settled, as to the local consumer.

Keywords: agriculture family, sanitary legislation, public politics.



RESUMEN

A lo largo de su constitución, Brasil ha experimentado historias de explotación desigual de su territorio, lo que resulta en una imagen de extrema desigualdad económica y social, tanto en el campo como en la ciudad. La explotación intensiva de la tierra con modelos de producción a gran escala ha forjado una enorme concentración de tierra en todo el territorio nacional. La formación de Asentamientos de Reforma Agraria surgió como respuesta al enorme conflicto social que caracteriza al campo brasileño hasta hoy. El Acuerdo de Reforma Agraria aparece como un nuevo actor en el proceso de disputa por la autonomía y la independencia social y económica. Sin embargo, la lucha por la inserción en el mercado formal se enfrenta a barreras no arancelarias, que someten al productor familiar al mismo estricto control que la Normatización Sanitaria que se impulsa a la gran agroindustria brasileña. El presente estudio buscó demostrar cómo se da la relación entre la Legislación Sanitaria y la producción campesina tradicional, cuáles fueron los procesos buscados por los colonos de la reforma agraria para sortear las dificultades impuestas por el régimen de control sanitario vigente en Brasil. Para ello, se trabajó como objeto empírico el Proyecto de Asentamiento São Fidelis, ubicado en el municipio del mismo nombre y ubicado en la principal cuenca lechera del estado de Río de Janeiro, el cual posibilitó el acompañamiento de familias asentadas con trayectorias en la cría de ganado lechero y que en algún momento se vieron confrontadas con las limitaciones de la legislación sanitaria vigente. Se observó la ineficacia de cumplir con las limitaciones de la norma y la falta de conocimiento de las mismas, lo que refleja la debilidad de la propia estructura de los organismos competentes para el seguimiento y vigilancia de la producción ganadera. Lo que tenemos es la necesidad de adecuar los parámetros sanitarios a la producción a pequeña escala, posibilitando introducir este sector en el mercado formalizado, generando beneficios tanto para las familias asentadas como para el consumidor local.

Palabras clave: agricultura familiar, legislación sanitaria, políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1975, com a criação do PROACOOOL, assistimos ao desenvolvimento de políticas nacionais de incentivo à produção de álcool combustível, o que beneficiou enormemente a expansão da indústria sucroalcooleira em todo o país, como foi o caso do Norte do estado do Rio de Janeiro. A grande exploração de cana-de-açúcar que perdurava desde os tempos coloniais, reassume o seu grau de importância na história da baixada campista, agora com pompas de grande desenvolvimento econômico e biotecnológico.

Desmontado formalmente no governo Collor ao início da década de noventa, o fim dos incentivos à produção de cana/açúcar/álcool gerou uma crise nas grandes regiões produtoras e transformou drasticamente a paisagem do norte - noroeste do Estado do Rio de Janeiro.



As antigas fazendas e usinas de açúcar que se apresentam ao longo da paisagem do Norte Fluminense, mostram-se em condição de exaustão no que tange a sua atividade agrícola original, bem como à sua estrutura agroindustrial que está sendo gradativamente devorada pela erosão e pelo tempo.

Este cenário desolador se apresenta como um problema estrutural que engloba questões econômicas e sócioambientais, pois simultaneamente à grande extensão de terra improdutiva, existe também um contingente alarmante de trabalhadores rurais alijados de seus postos de trabalho e de suas moradias.

Com a conformação dos assentamentos de Reforma Agrária, surge um novo agente social na região. Aquele agricultor, boia-fria, descendente de escravos libertos, colonos das antigas fazendas e usinas do falido complexo agroindustrial sucroalcooleiro, hoje é denominado Assentado de Reforma Agrária, atendido por inúmeras políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal.

A atividade de produção de leite, bem como de seus derivados, faz parte do cotidiano das famílias assentadas, dentro do espectro da policultura a pecuária, seja para a produção leiteira, seja para a produção de carne, intercala-se com as criações de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos), suínos e aves domésticas e compõe, juntamente com a produção agrícola, o escopo da atividade econômica que mantém a unidade familiar produtiva e alimenta os trabalhadores rurais no seu dia a dia da lida do seu lote.

Outro aspecto interessante da atividade pecuária é justamente a sua inserção na vida do pequeno produtor, pois faz parte não somente de sua existência econômica, mas se constitui enquanto identidade social da família produtora. Isso se estende ao próprio produto oriundo da atividade pecuária, que assume em diferentes regiões do país, status de produto característico da sua região. No entanto a produção dos assentados da reforma agrária, sofre restrições de acesso ao mercado consumidor, seja de ordem econômica, seja de ordem espacial e enfrentam uma série de barreiras à sua entrada nos circuitos de comercialização formal.

Uma das formas de restringir o acesso ao mercado consumidor é através de barreiras sanitárias, que imprimem sobre a pequena produção, o mesmo rigor do controle sanitário que é necessário para a produção em larga escala. Para a venda de seus produtos no mercado formal, o assentado, tem que se enquadrar nas regras que regimentam a distribuição e venda de produtos de origem animal.



A esterilização e o envase do leite fluido, a produção de queijo feito a partir de leite pasteurizado, bem como de outros derivados, são regulados e controlados por requisitos mínimos de higiene e que se levados às últimas consequências, inviabilizam a distribuição dos produtos produzidos pelas famílias assentadas.

Esse quadro tem se intensificado nas últimas décadas por influência direta dos acontecimentos que abalaram e continuam abalando a economia mundial. Problemas de ordem econômica e novos acordos comerciais impelem os governos a adotarem medidas de controle de sua produção nacional e dentro das crises alimentares, as de ordem sanitária são as mais evidentes hoje em dia.

No fim do século passado e no início da primeira década dos anos 2000, fomos surpreendidos por doenças que até àquele momento estavam nos livros ou dentro dos debates acadêmicos, mas que ressurgiram com força total, provocando um enorme impacto na opinião pública internacional, além de gerarem consequências econômicas alarmantes para os países afetados. Estamos falando das epizootias intituladas Encefalopatia Espongiforme Bovina, mais conhecida como *doença da vaca-louca*, e posteriormente da gripe aviária H5N1.

No caso brasileiro, enfrentamos a crise da febre aftosa, doença de baixa incidência na espécie humana, mas que provoca perdas econômicas vultosas para os pecuaristas. O animal acometido pela febre aftosa teoricamente, após o período da infecção, estaria apto ao consumo. Mas, a perda de peso e o gasto com a manutenção desse animal, tornam o custo muito dispendioso, quando consideramos milhares de cabeças de gado. Nesse sentido, a norma regulamenta que todo o plantel deve ser abatido como medida sanitária de contenção da doença, acarretando um imenso prejuízo para a pecuária nacional. Além do fato de que a produção oriunda de regiões onde circula o vírus da febre aftosa sofre barreiras à entrada nos países até então importadores.

Mais recentemente sofremos com a ameaça da gripe suína ou Gripe A H1N1, que significa o reaparecimento do vírus influenza H1N1, do mesmo tipo de vírus que causou a Gripe Espanhola.

Nesse marco, o regime econômico internacional é constantemente abalado por problemas de ordem sanitária, seja pelo impacto econômico que as doenças podem provocar nos rebanhos, seja pela iminente preocupação de uma epidemia que possa desencadear a morte de seres humanos e evidentemente abalar a economia mundial.



Nesse aspecto, as pressões internacionais sobre a produção animal, dentro dos países periféricos, assumem nuances econômicos, e no auge das políticas de mercado externo, os sucessivos governos brasileiros adotaram medidas de reestruturação dos seus sistemas de controle da produção agropecuária, orientadas pelas agências internacionais de controle sanitário e comercial (OIE - Organização Internacional de Epizootias e OMC - Organização Mundial do Comércio), aplicando as políticas de adequação sanitária, mas vinculadas às diretrizes econômicas da doutrina neoliberal. Tentando, desta forma, cumprir os acordos do comércio internacional, adotando padrões externos à realidade produtiva no meio rural brasileiro.

Dentro desse quadro, cabe então indagar: quais são os reflexos das políticas públicas na produção familiar de alimentos no meio rural brasileiro? Quais seriam os caminhos adotados pela produção de caráter familiar assentada para se adequar aos novos padrões de qualidade dos produtos agroalimentares? Esse debate é possível e necessário devido à importância da temática tanto para o pequeno produtor rural, no nosso caso, o assentado de reforma agrária, quanto para a sociedade em geral, já que a ingestão de alimentos de qualidade higiênico-sanitária insatisfatória produz um grande risco à saúde da sociedade.

Os governos, na medida em que se submetem às diretrizes econômicas internacionais, internalizam regras que não se enquadram na realidade local de seus países, com o Brasil não é diferente. A adoção de um controle sanitário mais rígido e focado no mercado externo, deixa de respeitar o próprio limite econômico das regiões e localidades brasileiras.

O grande produtor, o que comercializa os seus produtos em todo território nacional e exporta para parceiros comerciais, não tem dificuldades de enquadramento, mas o pequeno, o produtor de subsistência e para mercados locais, frequentemente não consegue se adaptar ao novo nível de exigência industrial, ficando assim, à margem do setor formal e tendo que comercializar os seus produtos de forma alternativa, escondida e até ilegal, segundo os atributos da legislação em vigor.

Objetivou-se com o presente estudo, observar a dinâmica da relação entre os Assentados de Reforma Agrária, com os órgãos de controle sanitário, assim como a sua percepção com respeito à adoção (ou não) das diretrizes produtivas e higiênico-sanitárias previstas na rígida Legislação Sanitária Brasileira. Interessou-nos entender a interconexão entre o que é previsto na norma e o que realmente acontece dentro da escala de produção dos assentamentos de reforma agrária.



2 MÉTODOS

2.1 HISTÓRIA E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1.1 A superexploração da mão de obra e da terra

A região Norte do estado do Rio, inserida no cenário agrícola nacional, sofreu o efeito das políticas de modernização agrícola, com impactos visíveis na estrutura fundiária. Em comparação com o restante do estado do Rio de Janeiro, os valores para o índice de Gini¹ da distribuição da posse da terra são mais elevados para os municípios da Região Norte, destacando-se Campos dos Goytacazes que apresentava em 1998, índice de Gini igual a 0,789 (Souza *et alli*, 2007).

Outro processo pelo qual passou a Região Norte Fluminense foi o crescimento acelerado da indústria petrolífera, isso já nos anos 80 do século passado, em detrimento da atividade canavieira. Cada vez mais a desruralização incide sobre a região, gerando transformações no direcionamento econômico do Norte Fluminense. O crescimento da urbanização, a conurbação principalmente no entorno das cidades de Campos e Macaé, aliadas à especulação imobiliária, lança a Baixada Campista para um novo patamar de desenvolvimento econômico e territorial, alcançando na virada do século, um quadro de desvalorização do rural mais acentuado, que somado ao declínio dos subsídios à produção de álcool, promoveu a falência de inúmeras usinas de açúcar.

Com a crise na agricultura canavieira, chegamos até a última década do século XX, com o crescimento das lutas pela terra em todo o estado, onde tivemos a proliferação das ocupações de terra em que os alvos eram as falidas Usinas de Açúcar. Nos anos 90, o quadro de crise no setor canavieiro agravou-se ainda mais. Foi nesse momento que diversas usinas do Norte Fluminense abriram processo de falência. Essa foi uma estratégia utilizada para contornar o elevado endividamento junto aos setores público e privado, assim como o grande número de processos judiciais movidos pelos trabalhadores por dívidas e uma série de irregularidades trabalhistas (Linhares *et alli*, 2002).

¹ Define o grau de concentração fundiária, onde: 0,000 – 0,100: nula; 0,101 – 0,205: nula a fraca; 0,251 – 0,500: fraca a média; 0,501 – 0,700: média a forte; 0,701 – 0,900: forte a muito forte; 0,901 – 1,000: muito forte a absoluta.



Linhares *et alli* (2002), ainda lembra que os trabalhadores da cana de Campos, vinham desde 1985, realizando campanhas anuais reivindicando melhorias salariais, o que implicou em movimentos grevistas e outras formas de luta, tamanha era a exploração impetrada pelos donos das fazendas e das usinas na região. Com o fechamento das Usinas não temos somente o impacto da demissão sumária de centenas de trabalhadores das fábricas, temos também a liberação de grande quantidade de trabalhadores temporários do processo de corte da cana.

Com o fim das Usinas, diminui também o espaço para a plantação de cana, e com o fim das lavouras a substituição imediata é por atividades poupadoras de mão de obra, nesse caso, quem assume esse papel é a produção pecuária.

2.1.2 A produção leiteira

A produção brasileira de leite vem passando por intensas mudanças, tendo na década de 90 o principal marco temporal de suas transformações. Isto se deu pelo fato de uma nova fase na produção nacional ter se iniciado nesta década, tendo sido marcada por constantes mudanças que se estendem até os dias atuais. Entre elas podemos citar, primeiramente, a liberação do preço do leite, em 1991, resultando na extinção de programas sociais que anteriormente se voltavam para o setor e que absorviam grande parte da produção de leite pasteurizado e em pó.

Além disto, a ocorrência da abertura comercial, e especialmente a consolidação do Mercosul, provocaram a ampliação da importação de produtos lácteos, em função do acordo de liberação tarifária entre os países membros, aumentando assim a concorrência, e logo provocando mudanças nos diversos segmentos da cadeia leiteira. Este cenário da década de 90 também foi marcado pelo Plano Real em 1994, que promoveu a estabilização dos preços na economia brasileira. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

Destaque importante, ainda nesta década, deve ser dado à ampliação do poder das transnacionais e às novas configurações nos processos de comercialização, com os supermercados assumindo importante papel, o que, num cenário marcado por estratégicas alianças no meio empresarial, gerou acirradas disputas, no que se refere à oferta e demanda do leite. Ou seja, em todos os segmentos da atividade leiteira nacional (do produtor ao consumidor, passando pela indústria e pela distribuição) ocorreram modificações advindas destas



transformações desencadeadas na economia, e em especial no setor leiteiro brasileiro. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

Na cadeia de lácteos, os maiores investimentos no setor estão associados em geral aos grandes produtores, ocorrendo um esquecimento em relação aos pequenos e médios. Isto se deve à falta de recursos e dificuldades de obtenção de crédito por parte dos mesmos, o que está relacionado à carência de auxílios por parte dos governos. Isto vale não só para a cadeia leiteira, mas para o setor agropecuário nacional como um todo. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

Dos problemas mais aparentes na cadeia do leite podemos citar a instabilidade da renda do produtor, a qual se deve, sobretudo, à sazonalidade da produção, às demandas de consumo e à instabilidade nos preços do leite. Neste caso, mesmo o produtor tecnificado/modernizado, que se caracteriza por produção e custos estáveis durante o ano, prejudica-se em função das variações estacionais no preço do leite. Por outro lado, o mercado também é afetado, já que, apesar de a oferta ser maior no período das águas, a demanda é constante, o que, além de promover um acirramento das disputas por lucros, pode também, por outro lado, promover um aumento nos preços dos laticínios. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

A instabilidade de preços do produto, que é a questão do custo de processamento, também pode ser considerado um problema, sendo um dos fatores que dificultam a inserção da pequena produção no mercado. Já que, é justamente este alto custo de produção, que faz com que este tipo de produtor muitas vezes obtenha um leite cuja qualidade apresenta-se muito aquém daquelas que condizem com os padrões mercadológicos de exigência, cada vez mais rigorosos. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

A má qualidade do leite brasileiro (no que se refere aos baixos níveis de higiene na produção e no armazenamento, sem contar com a significativa queda nos índices de produtividade nos períodos de seca), também pode ser apontada como um dos mais graves problemas nacionais do setor. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

De acordo com Vilela *et alli* (1998): “... A principal consequência das mudanças em curso foi o aumento da concorrência, tanto na compra da matéria-prima quanto na venda de leite e derivados ...”. Sendo assim, para enfrentar o aumento da concorrência na captação de leite, a indústria pratica uma política de pagamento ao produtor, a qual considera um preço-base mais bonificações por volume e qualidade. Desta forma, busca-se atrair os maiores produtores. Nessa mesma linha está o programa que facilita a colocação de resfriador de leite nas fazendas, o qual



é, em geral, financiado pela indústria e pago com a moeda-leite, num prazo médio de três anos. (VILELA *et alli*, 1998).

Inserida no atual contexto de mudanças por que veio passando o setor leiteiro no país, a atividade leiteira no estado do Rio de Janeiro passa a sofrer uma série de transformações no que diz respeito às novas condições de produção e comercialização impostas aos produtores, o que contribuirá em grande parte na definição e conformação do papel desempenhado pelas cooperativas do estado nos dias de hoje. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

O estado do Rio de Janeiro, com sua produção de caráter extensivo e com baixíssimos níveis de modernização, encontra hoje (sobretudo no que se refere aos pequenos produtores – que compreendem a grande maioria dos produtores de leite do estado) na granelização um dos maiores entraves para a compatibilização de sua produção aos padrões mercadológicos de exigência, vêm sendo impostos. Como este tipo de armazenamento (a granel) é muito custoso ao pequeno produtor – em função dos altos preços a que os tanques de resfriamento são encontrados no mercado –, torna-se nítido seu caráter excludente (Mandanêlo & Marafon, 2002).

Um dos maiores agravantes que interferem diretamente no baixo desempenho e nas dificuldades que vêm sendo encontradas pela pequena produção é a ausência de políticas públicas efetivas direcionadas a este segmento fragilizado da cadeia leiteira. A implementação deste tipo de política ganha caráter ainda mais emergencial frente à subordinação das cooperativas de leite ao capital privado, em que a obtenção de lucros por parte das multinacionais ocorre por intermédio de fortes relações de dominação, nas quais os imperativos ditos “globais” se sobrepõem aos locais, privilegiando as questões de cunho econômico em detrimento daquelas de caráter social. (Mandanêlo & Marafon, 2002).

Para dar prosseguimento a nossa discussão, é importante definirmos alguns eixos norteadores, entendendo melhor o que se desenvolve no ambiente do Assentamento Rural e caracterizando o Assentamento como categoria analítica. Nesse sentido, podemos definir os assentamentos rurais como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso da terra, estabelecendo outros padrões sociais de produção agrícola, desenvolvendo novas dinâmicas econômicas e sociais de reprodução da unidade familiar (Dias, 2004; Medeiros *et alli*, 2002 e Martins, 2003).

Ainda nesse marco, podemos caracterizar o Assentamento de Reforma Agrária como o resultado das lutas e dos conflitos desencadeados pelos agricultores e trabalhadores rurais, por



meio de suas organizações e movimentos, e das políticas e iniciativas governamentais que buscam acomodar as demandas desses movimentos sociais e normatizar regras de acesso à terra (Medeiros, 2002).

Para Sergio Leite e seus colaboradores (2004), no que diz respeito a composição e ordenamento dos assentamentos rurais: “... *o termo assentamento rural engloba uma importante diversidade de situações com origens e características que variam de acordo com o contexto histórico em que se inserem essas unidades de produção. Do mesmo modo, também são bastante diversificados os beneficiários diretos dos assentamentos de reforma agrária...*” (Leite et alli, 2004).

Entender como se dá a dinâmica econômica do assentamento de reforma agrária é importante para se analisar o grau de conflito que é gerado quando se caracteriza a economia do meio rural, a economia tradicional camponesa, como sendo parte do complexo econômico agroindustrial. São outras regras de mercado que são impostas, outras relações de confiança, que determinam uma série de limitações que o modo de comercializar tradicional não consegue superar.

Entre os agentes governamentais que formulam e implementam políticas públicas, parece sobressair a intenção de que o agricultor assentado deixe esta condição o mais rápido possível, integrando-se, como agricultor familiar, aos mercados produtivos (Dias, 2004). Para Alentejano (2000) a capacidade de competição no mercado é colocada no centro das preocupações, o que se reflete nas proposições de modernização técnica e desenvolvimento da capacidade de gestão como aspectos mais enfatizados.

Outra forma apresentada de inserção no mercado por meio de políticas públicas foi a criação dos programas nacionais PAA e PNAE², que preveem a aquisição de alimentos oriundos diretamente da agricultura familiar, inclusive das famílias assentadas. O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) foi criado em 2003 juntamente com o lançamento do Plano Safra do mesmo ano. Para Maluf (2007), este programa, bem como o PRONAF³, com linhas de créditos voltadas aos pequenos agricultores, mostraram-se como bons exemplos de apoio governamental diferenciado, principalmente o PAA, que visava ligar o

² PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

³ PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



aumento da demanda por alimentos impulsionados por programas públicos, à produção da agricultura familiar carente de mercado (Maluf, 2007).

Maluf *et alli* (1996) ainda aponta que a internacionalização das atividades econômicas, produziu efeitos no mercado interno que provocaram a diminuição dos espaços para a definição de políticas nacionais mais autônomas. Enquanto isso, o sistema agroalimentar também internacionalizou formas de produção e consumo, focando a qualidade do alimento e deixando de lado as questões sociais da agricultura. Neste sentido, segundo Delgado (2005), no marco da marginalidade econômica, observa-se o abandono da atividade, desmobilização de estabelecimentos ou conversão à atividade de subsistência.

A produção do assentado de reforma agrária, muitas vezes, não tem acesso ao desenvolvimento tecnológico. No entanto, mesmo com essas restrições, acaba por cumprir um importante papel de integração social e regional, já que nesse processo estão incutidas relações culturais e de confiança comunitária intrínsecas à produção tradicional.

Para Carrazza *et alli* (2012) apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, há uma grande carência de políticas públicas e de tratamento diferenciado para inclusão produtiva comunitária, que contemple a diversidade cultural e étnica dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Quanto ao aspecto produtivo, a característica que marca a economia da unidade familiar assentada é a interação entre lavoura e a produção de pequenos animais. Esse fenômeno pode ser observado na maioria das famílias assentadas, processo herdado pelos descendentes dos antigos colonos das fazendas de cana de açúcar, onde o proprietário da fazenda permitia a alguns de seus empregados, terem um lote onde poderia se criar algumas cabeças de gado e pequenos animais, como galinhas, cabras e porcos.

Aqui temos um dos eixos do debate, a produção diversificada da unidade familiar assentada propicia a sua reprodução, bem como a venda dos excedentes incrementa a renda conjugada da família. Contudo, a forma como esses produtos alcançam o mercado consumidor é o gargalo do conflito entre a produção artesanal e o controle sanitário dos alimentos. Aqui, neste ponto, os conceitos de qualidade, segurança e inocuidade se confundem. Colocando em xeque a credibilidade do produto oriundo da reforma agrária e da produção camponesa em geral e também da viabilidade de imposição de tais regras.

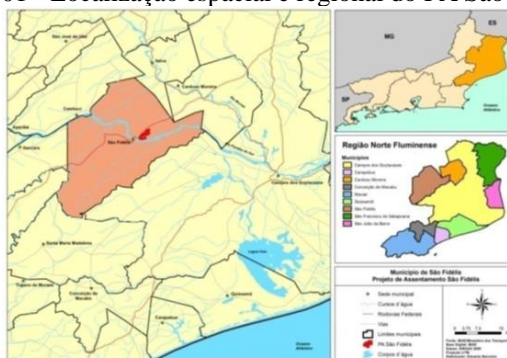


2.1.3 O Município de São Fidelis -RJ

O município de São Fidélis situa-se ao norte do Estado do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense. Tem uma população estimada em 37.573 habitantes, ocupando uma área de 1.028 km² (IBGE, 2010). O município está a 15 m de altitude em relação ao nível do mar, e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 21°38'46" S e Longitude 41°44'49" O (IBGE, 2000). Em março de 2004 havia no município um total de 29.927 eleitores; destes, 14.795 homens, 15.066 mulheres e 249 jovens de 16 anos (Fundação CIDE).

Localizada à margem direita do Rio Paraíba do Sul, em local de topografia plana (CIDE/TCE-RJ), a cidade é cercada por montanhas. Parte de seu território, na região serrana, integra a área do Parque Estadual do Desengano, último remanescente contínuo de Mata Atlântica da região Norte Fluminense, composto de vegetação e fauna nativas. Estas características, aliadas à cultura local atribuem, ao município, reconhecida potencialidade turística, adequada à prática do ecoturismo e do turismo de aventura. (mapa 1)

Mapa 01 - Localização espacial e regional do PA São Fidelis.



Fonte: Eng. Ambiental Eduardo Barcelos, imagem gentilmente cedida para o presente estudo.

Ao longo dos últimos 70 anos, a população de São Fidélis sofreu um decréscimo relativo. A densidade demográfica do município, que em 1940 era de 44,3 hab/km², apresentou seu índice mais baixo em 1991 – 33,5 hab/km²; em 2000 apresentou um pequeno aumento, com densidade de 35,78 hab/km².

Contudo, tal índice representa quase a metade da densidade demográfica média para a região Norte Fluminense, que no ano de 2000 era da ordem de 71,4 hab/km², situando-se também bem abaixo da média do Estado e ficando entre os cerca de vinte municípios fluminenses de



menor densidade demográfica. Em 2010, novamente um pequeno acréscimo pode ser visto, com densidade demográfica de 36,39 hab/km².

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano por Município) registrado para São Fidélis em 2000 foi de 0,741, o que significa uma evolução positiva em relação ao IDHM que o município tinha em 1991, que era de 0,671. Nesse sentido, o município acompanhou a evolução registrada para o IDH do Estado, que em 1991 era de 0,753 e passou a 0,807 em 2000. Contudo, chama a atenção que o IDHM de São Fidélis, em qualquer um dos períodos levantados, apresenta-se aquém do registrado no Estado, assim como em relação ao IDH médio do país, que em 1991 era de 0,696, passando a 0,766 em 2000.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996, o município de São Fidélis tinha, à época, um total de 2.323 estabelecimentos rurais, abrangendo 74.579 ha. Quase a metade dos estabelecimentos (1.108 ou 47,7%) possuía menos de 10 ha, com uma área média de 4,3 ha por estabelecimento rural. No extrato de área de 10 ha a menos de 100 ha, havia 1.077 estabelecimentos com área média de 30,7 há cada. Os estabelecimentos com áreas entre 100 ha e menos de 1.000 ha eram 135, com um total de 32.492 ha – média de 240,7 ha por estabelecimento. No extrato das propriedades com área superior a 1.000 ha, apenas três estabelecimentos detinham um total de 4.189 ha, ou seja, 0,13% dos proprietários detinham terras que equivalem a 5,6% da área total do município.

O maior número de estabelecimentos rurais em São Fidélis estava, portanto, na faixa até 100 ha, ou seja, 2.185 estabelecimentos (94% do total de estabelecimentos) detinham 50,8% da área rural total do município. Os estabelecimentos acima de 100 ha (total de 138 ou 5,9%) detinham 36.681 ha (ou 49,2%) da área, que corresponde praticamente à outra metade das terras de São Fidélis.

Estes dados demonstram também que a estrutura fundiária do município, se caracteriza pela concentração de terras, numa relação *área/número* de estabelecimentos bastante desigual: em torno de 6% dos estabelecimentos detinham 49% da área total (aqueles com área superior a 100 ha), enquanto 94% dos proprietários (com um total de terras até 100 ha) detinham a outra metade (ou 51%) da área.

Porém, diante da estrutura fundiária regional, a situação de São Fidélis é mais favorável aos pequenos produtores: na região Norte Fluminense, os/as Agricultores/as que detinham até 100 ha (91% dos estabelecimentos), detinham 32% da área, enquanto aqueles com áreas



superiores a 1.000 ha (0,47% do total da região) detinham 17% da área total, caracterizando assim uma maior concentração fundiária.

2.1.4 – O Projeto de Assentamento São Fidelis

A área de estudo selecionada foi o Projeto de Assentamento São Fidelis (PA São Fidelis), localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, inserido na principal bacia leiteira do estado. Decidiu-se por desenvolver o trabalho no Projeto de Assentamento São Fidelis em razão do histórico de atividade na pecuária do conjunto dos assentados e também pela inserção do município na principal bacia leiteira do estado do Rio de Janeiro. Essa circunstância favoreceu a obtenção das informações necessárias para alcançar os objetivos do presente estudo.

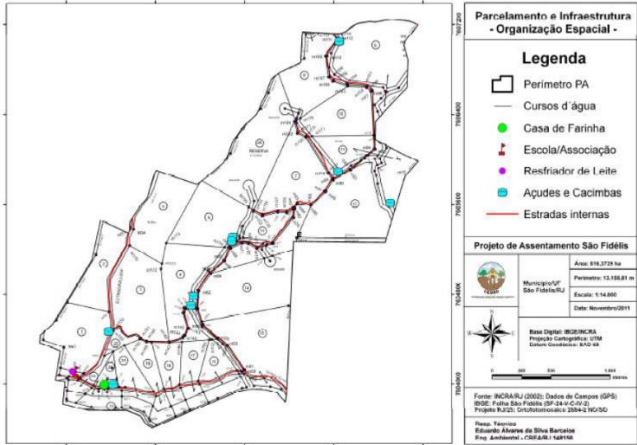
O PA São Fidelis vem de um histórico de agricultura convencional. A fazenda, que hoje é um assentamento, vivia da produção extensiva de gado de leite. Com o passar dos anos, os solos foram sendo castigados pela monocultura de pastos, chegando a tal estágio de degradação que, mesmo para pastagens, passaram a apresentar grande dificuldade de resposta. Predomina como sistema de produção, a bovinocultura, principalmente a leiteira, e temos como consequência crescentes áreas de degradação e de pastagens com baixa competência nutricional, reduzida tecnologia de produção, baixa qualidade genética dos rebanhos, descapitalização dos produtores e empobrecimento dos solos. (Cedro, 2013).

O PA⁴ São Fidelis congregava em seus limites 22 famílias que trazem em seu histórico o trabalho com a pecuária leiteira e que têm origem no próprio município e que foram escolhidas não por processos de disputa e ocupação de terras, mas que foram selecionadas por inscrição na Campaña Nacional de Correios e Telégrafos. A área que foi desapropriada para fins de reforma agrária carrega em seu histórico processos de uso intensivo do solo pela produção pecuária, o que não poderia deixar de ser, já que o município de São Fidelis é o quinto em produção leiteira no Estado e está inserido na bacia leiteira do Rio de Janeiro. Fato este que possibilitaria um relato mais fiel aos atributos da legislação sanitária, já que a totalidade das famílias convive com a produção pecuária leiteira e de corte, vivenciando, ou não, o controle inerente à sua própria condição de pequenos pecuaristas. (mapa 2).

⁴ PA: Projeto de Assentamento. Termo jurídico utilizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para designar o status de desenvolvimento do próprio assentamento, antes do processo de autonomia do mesmo.



Mapa 2: Parcelamento do PA São Fidelis



Fonte: CEDRO (2013)

Com relação às fontes de informações utilizadas, tivemos como ponto de partida as observações cotidianas feitas *in loco*, no assentamento durante os anos de 2011 a 2013, quando pudemos vivenciar, junto à lida diária dos assentados, as facilidades e dificuldades do trabalho no campo.

Para apurar a percepção dos assentados sobre as normativas da legislação e mais que isso, o papel da defesa e vigilância sanitárias lançou-se mão de entrevistas de campo junto a cinco famílias escolhidas a partir de características referentes às suas atividades produtivas, grau de envolvimento com as entidades representativas e portadores de informações privilegiadas sobre as condições políticas, produtivas e sociais do assentamento.

As entrevistas foram elaboradas a partir de um questionário semiestruturado, constituído de perguntas abertas e fechadas que diziam respeito às informações econômicas, sociais e produtivas do entrevistado em questão e do conjunto do assentamento pesquisado. Juntamente com o preenchimento do questionário impresso, as entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização previa, verbalizada, dos entrevistados, com intuito de perceber e apurar com mais detalhes as respostas, bem como a entonação e emoção expressas no ato da gravação.

Os entrevistados constituíram desta forma, fonte importante pelas informações extremamente relevantes que propiciaram, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, a propósito da percepção sobre a legislação e suas repercussões no cotidiano produtivo e social do assentamento.

Além das observações de campo e do acompanhamento profissional, tivemos acesso aos dados coletados pelos membros da equipe de campo da prestadora de Assessoria Técnica, Social



e Ambiental - ATES⁵, a Cooperativa CEDRO⁶, registrados nas Fichas de Visita Técnica arquivadas pela prestadora, totalizando 4 (quatro) anos e meio de registro de atividades produtivas e técnicas analisadas a partir dos dados coletados junto as referidas Fichas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados mediante a análise das fichas de visita técnica disponibilizadas pela prestadora de assessoria técnica junto ao PA São Fidelis e com as observações in loco, foi possível proceder as entrevistas de campo guiadas por um roteiro e um questionário semiestruturado, composto de perguntas abertas e fechadas, que buscavam compreender o grau de inserção da legislação sanitária na lida diária da produção do assentamento, bem como o próprio entendimento dos assentados sobre as normativas que regulamentam a produção agropecuária.

Além das entrevistas de campo, revisitamos os laudos técnicos de vistoria e acompanhamento produtivo cedidos pela prestadora de assessoria técnica CEDRO. Ao todo foram analisadas 324 Fichas de Visita Técnica que correspondem ao acompanhamento das 22 duas famílias assentadas ao longo dos anos 2010, 2011, 2012 e 2013, constituindo em média 14 visitas para cada família ao longo desses anos.

A análise das fichas de visita, bem como a observação de campo, possibilitou traçar o perfil das famílias a serem entrevistadas e caracterizá-las como representantes das demais famílias assentadas. Foram selecionadas cinco famílias de acordo com critérios que englobavam o envolvimento destas com as organizações locais, seu histórico na atividade pecuária, bem como o volume de sua produção, possibilitando assim um apanhado de informações que representassem o conjunto do assentamento, já que os entrevistados também foram caracterizados como informantes privilegiados em decorrência de sua inserção no próprio assentamento.

Com a análise dos dados coletados, foi possível perceber que apesar de existir acompanhamento técnico especializado dentro do assentamento por parte da prestadora oficial

⁵ ATES: Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental. Programa de assistência técnica do governo federal para atendimento aos assentamentos de reforma agrária federais.

⁶ CEDRO: Cooperativa de Consultoria, Projetos em Serviços em Desenvolvimento Sustentável. Cooperativa de profissionais técnicos das ciências agrárias, responsável pelo acompanhamento do PA São Fidelis pelo programa ATES/INCRA.



de assessoria técnica e extensão rural, há um desconhecimento generalizado sobre as condicionantes sanitárias para a produção e comercialização de produtos de origem animal.

Quando perguntados sobre as orientações recebidas direcionadas aos aspectos higiênico-sanitários de suas produções, os entrevistados não souberam responder, e se resumiram a falar sobre as vacinações do rebanho, coisa que é compulsória em decorrência da obrigatoriedade da vacinação contra a Febre Aftosa, mas não mencionaram outros cuidados referentes à saúde do rebanho, nem com a lida na produção de alimentos derivados de animais.

Interessante observar, que todos os entrevistados, bem como os demais assentados, lidam de alguma forma ou de outra, com atividade pecuária. Em sua grande maioria com gado de leite, mas mesmo aquele que se reserva a fazer a recria do gado de corte, também produz aves e/ou porcos para o consumo familiar e para a venda direta para o consumidor.

Falando-se em qualidade, quando perguntados sobre o que achavam de seus produtos, todos responderam que são de boa qualidade. Justificando suas respostas pelo cuidado que tinham em sua coleta/colheita e a aceitação pelo mercado consumidor. O que é possível entender aqui é que o que prevalece no inconsciente coletivo é a relação ancestral com sua produção, onde o que importa é o "saber fazer" pra determinar o que é qualidade ou não em seus produtos. Fica também marcado que um fator muito importante é a aceitação pelo consumidor, que procura à porta do agricultor o produto a ser adquirido. Podemos relativizar essa questão, argumentando que mesmo que o produtor ache consumível o seu produto do ponto de vista relacional/tradicional, o aspecto sanitário/microbiológico não está sendo levado em consideração, principalmente quando se observa as condições higiênicas em que são acondicionados/elaborados seus produtos. Estas observações foram coletadas no acompanhamento, durante o período do presente estudo.

Quando indagados sobre as condições de coleta, estocagem e a entrega de seus produtos, todos responderam no mesmo sentido, afirmando que no caso dos ovos, armazenam em "caixinhas" que são comumente encontradas nos mercados da cidade, bem como, e dependendo da quantidade, armazenam na geladeira. Prática essa, comum no dia a dia do assentamento e em inúmeras propriedades em todo o país, contudo a higienização dos ovos é de suma importância para evitar não só a perda da produção, mas também a contaminação da alimentação humana. Essa questão poderia ter sido melhor trabalhada pelas instituições de assessoria técnica que atendem o referido PA.



Quando da pergunta sobre o leite, apenas um dos entrevistados afirmou que utiliza processos de higiene na ordenha, o que evita a contaminação de organismos externos à cisterna do úbere e mantém viável o leite ordenhado por mais tempo. Contudo, apesar de proceder corretamente durante a ordenha, acondiciona o leite em latões e entrega ao entreposto de recepção e seleção após o transporte em carroça.

Essa prática não teria maiores problemas se o leite ordenhado fosse mantido sob refrigeração até o momento da entrega, mas considerando-se a temperatura média da região, que gira em torno de 35 a 37 graus Celsius, além do tempo de espera entre a ordenha de uma vaca e outra, não é de estranhar que muitas vezes esse leite chega ao entreposto sem condições de ser utilizado, e com isso, não é aceito pela cooperativa de leite que atende a região.

Esse quadro ficou bem evidenciado em uma das entrevistas em que o entrevistado, que tem longa trajetória na atividade de pecuária leiteira, mas que se depara com a situação de ter que voltar com o leite para casa, pois não passou no teste do entreposto.

Muitas vezes a rejeição é por excesso de acidez que pode ser proveniente de um leite mastítico⁷ ou em decorrência de contaminação na hora da ordenha, situação inúmeras vezes vivenciada durante a pesquisa em tela.

Nesse caso, da recusa do leite, o Entrevistado afirmou que retorna com o leite até a sua propriedade e utiliza-o para a produção de queijos, que não são elaborados com leite fervido e sim com leite fluido cru, o que aumenta a possibilidade de transmissão de patógenos à alimentação humana, desde coliformes fecais até mesmo os agentes causadores tanto da Listeriose⁸, quanto da Brucelose⁹, ambas doenças zoonóticas¹⁰, sendo a última, de grande incidência em rebanhos não vacinados e de alta infecciosidade para a espécie humana. Esse queijo, por sua vez, é vendido diretamente ao consumidor, que o procura na porta do produtor e segundo afirmam os entrevistados, têm uma boa aceitação no mercado local, seja para os próprios vizinhos, seja na venda de porta em porta na cidade de São Fidelis.

⁷ Leite proveniente da ordenha de vacas portadoras de Mastite - Inflamação do aparelho mamário. Este leite contém número elevado de células somáticas constituídas de piócitos e leucócitos, além de agentes microbianos e é inapto ao consumo humano, sendo, portanto, rejeitado na triagem e seleção do entreposto.

⁸ A Listeriose em humanos geralmente resulta do consumo de alimentos contaminados, como leite cru, queijos moles, legumes e vegetais crus. A *Listeria monocytogenes* (agente causador da Listeriose em animais domésticos e no ser humano) pode sobreviver à pasteurização, pois tem localização intracelular e é tolerante ao calor. A transmissão direta de animais infectados para humanos é rara, mas infecções por *L. monocytogenes* podem causar abortos em mulheres grávidas e morte em neonatos, idosos e indivíduos imunossuprimidos. (Quinn et al, 2005)

⁹ Os humanos são suscetíveis à infecção por *Brucella abortus*, *B. suis*, *B. melitensis* e, raramente, *B. canis*.

¹⁰ Doenças infecciosas transmissíveis de animais para os seres humanos.

Contudo, parece-nos que a higiene e a sanidade do alimento a ser adquirido fica apenas na dimensão visualizável do produto, dimensão essa, tangível no ato da compra, quando os aspectos como aparência, cheiro e consistência (caracteres organolépticos) são mais apreciáveis e onde o que prevalece é a confiança no produtor, por parte do consumidor.

Devido à grande aptidão da região e do PA São Fidelis à atividade de pecuária leiteira, os entrevistados foram indagados sobre a relação que eles têm com a Cooperativa de Leite Macuco, que estabeleceu um entreposto de recolhimento e seleção de leite na entrada do assentamento e que oferece condições de mercado para escoar a produção do assentamento.

Neste quesito, todos foram unânimes em afirmar que a grande vantagem de se ter um entreposto de leite dentro do próprio assentamento é a facilidade de entrega diária do leite e o recebimento em dinheiro no final do mês do valor de sua produção. Isso se constitui em grande valia para a economia da família assentada e do próprio assentamento, já que mesmo aqueles que não têm volume de produção suficiente para entrega de leite, trabalham direta ou indiretamente com a lida dentro do próprio entreposto.

Os próprios assentados foram treinados pela Cooperativa Macuco, para que fizessem a seleção do leite. No entanto, durante o período do presente estudo, não foi possível se deparar nem com a assessoria e nem com a supervisão do serviço veterinário prestado pela referida empresa. Os próprios assentados relatam que a cobrança se dá em torno das vacinações e que não receberam nenhuma orientação técnica no manejo da produção antes, durante e após a ordenha.

É importante ressaltar, que durante o trabalho de campo, tentamos encontrar os responsáveis pelo empreendimento, contudo as respostas sempre foram no mesmo sentido, de que o veterinário responsável e sua equipe técnica só aparecem no PA quando é relatado algum problema por parte dos próprios assentados que manejam a recepção do leite no entreposto. O que inviabilizou o nosso acesso, às informações contidas no entreposto bem como à construção de um apanhado geral sobre a visão que a empresa tem sobre a produção leiteira do assentamento.

Outro aspecto interessante das entrevistas de campo foi observar que nenhum deles recebeu orientação técnica para melhorar a qualidade sanitária dos produtos que consome e comercializa, o que nos leva a questionar o real papel das organizações de assessoria técnica que atuam dentro do assentamento. Desde a prestadora de ATES a EMATER, passando pelos serviços da Secretaria de Agricultura do Município.



Neste quesito, quando indagados sobre o papel das esferas de poder que atuam no assentamento, bem como das suas respectivas entidades de assessoria técnica e extensão rural, as respostas sempre giraram em torno do descontentamento e da ausência de seus representantes dentro do PA São Fidelis. Excetuando-se a Cooperativa CEDRO, prestadora de Assessoria Técnica, contratada pelo INCRA para executar os serviços de ATEs, que por obrigações contratuais e fiscalização por parte do próprio INCRA invariavelmente está presente todas as semanas no PA, as demais instâncias e órgão de assessoria não se fazem presentes no assentamento. Quando muito, e com muita dificuldade, a Secretaria de Agricultura, disponibiliza as máquinas para o trato com a terra.

Outra importante informação colhida nas entrevistas e que foi ratificada pela observação em campo, foi a existência de um Matadouro-Frigorífico Estadual na entrada do município, não muito longe do assentamento. Fato este, que mitiga a questão do abate clandestino de bovinos e estimula o conjunto dos assentados a não abater os seus animais em seus próprios lotes. Questão esta, apurada em uma das entrevistas, onde o assentado ressalta a importância do Matadouro, bem como a não necessidade do abate clandestino, palavras essas, proferidas pelo próprio entrevistado.

Com o avançar das entrevistas, alcançamos o ponto nevrálgico da nossa discussão, que é justamente o entendimento por parte dos assentados sobre a Defesa e Vigilância Sanitárias, bem como sobre suas regras e condicionantes para a produção de origem animal. Quando da pergunta de número 21, onde buscou-se avaliar o grau de aceitação das regras sanitárias para produção e comercialização de produtos de origem animal oriundos dos assentamentos de reforma agrária, quatro dos cinco entrevistados disseram que avaliam como no mínimo razoável a existência de regras para a comercialização de seus produtos, apenas um, afirmou que acha ruim a existência de tais regras, justamente este que em seu lote tem o maior volume de atividade pecuária e que tem a maior trajetória em produção de pecuária de leite. No entanto, este mesmo entrevistado nos apresentou uma outra visão nas perguntas subsequentes.

Na pergunta onde se busca saber a opinião dos assentados sobre a abrangência das regras sanitárias para os pequenos e grandes produtores, o que todos responderam foi no sentido de que as regras deveriam ser as mesmas para todos os produtores e a alegação foi sempre a mesma de que “se a regra existe, tem que valer para todos” e de quando se compra um determinado produto



é importante que este esteja submetido ao mesmo controle independente da origem de sua produção, se vem do pequeno ou se vem do grande produtor.

O desdobrar dessa pergunta se deu na questão subsequente, onde se questiona ao assentado, se teria alguma relevância o seu produtor obter o “selo” da fiscalização sanitária e todos foram unânimes em responder que sim, seria relevante e o porquê se daria em torno do Ateste de Qualidade de seu produto. Neste ponto surge mais uma vez a questão da Qualidade e aqui, assume um viés de controle sanitário. É possível especular sobre qual é o entendimento dos assentados sobre esta Qualidade Sanitária, já que o que ficou evidente nas perguntas anteriores foi justamente a avaliação direta o consumidor. No entanto, considerando-se o grau de escolaridade dos produtores e principalmente dos demais membros das famílias, bem como a proximidade com o centro comercial do município é possível entender que a informação sobre o que é Qualidade no sentido Sanitário, perpassa pelo conhecimento geral da população, seja pela formação midiática seja pelos exemplos dados no controle do comércio mais oficial de produtos alimentares. Percebeu-se que aqui, nessa pergunta, o que foi imperioso foi a posição de consumidor que o produtor assume, quando se coloca na condição de compra de outros produtos que não produz em seu próprio lote.

Na questão em que se buscou a opinião do assentado sobre a regularização dos seus produtos com a obtenção do selo para sua comercialização (SIM, SIE ou SIF), todos responderam em uníssono que obteriam vantagens na venda do produto, seja pelo teste de qualidade, seja pelo ganho no preço, afirmando que dessa forma seus produtos venderiam mais facilmente. Interessante nesse assunto é que mesmo aquele entrevistado que se mostrou contrário a existência de regras sanitárias para a produção e comercialização de seus produtos, também corroborou com a opinião dos outros assentados entrevistados, de que seria importante a obtenção do selo e que as vantagens também se dariam em uma melhor aceitação do produto pelo mercado consumidor.

Avançando um pouco mais sobre a questão da fiscalização sanitária de produtos oriundos da reforma agrária, na pergunta sobre as instâncias de fiscalização, as respostas giraram em torno de uma questão que foi justamente, a necessidade da orientação técnica que antecede o processo de fiscalização.

Todos os entrevistados responderam que é importante a fiscalização dos produtos, mas que é de suma importância a participação ativa dos órgãos de assessoria e orientação técnica na base da produção. Não importando se as regras são as mesmas para os grandes ou para os



pequenos, nem mesmo se seus produtos estão aptos ou não ao consumo, o que se apresenta relevante para todos é justamente o processo de educação e orientação continuada, para que seus produtos obtenham um melhor grau de aceitação tanto do ponto de vista do consumidor quanto dos órgãos de fiscalização sanitária.

Do que foi descrito até aqui, foi possível perceber os limites da própria legislação em atender as demandas específicas da produção de pequena escala. É claro que os parâmetros de qualidade microbiológica são importantes na prevenção de moléstias transmissíveis aos seres humanos, contudo o seu grau de exigência impele sobre a pequena produção o mesmo padrão previsto para os produtores agroindustriais. Isso, obviamente, limita o espectro de ação da própria legislação, deixando de atender as expectativas produtivas e comerciais dos produtores artesanais e tradicionais. Este fato contribui para a construção de um ambiente em que a ilicitude convive com aspectos do mercado formal de produtos de origem animal.

O caso do leite e seus derivados é emblemático nesse quesito, já que mesmo os produtores que entregam o seu leite no entreposto de seleção e recolhimento e por assim dizer, se submetem ao controle da legislação, também comercializam seus derivados (queijo e sorvete) e demais produtos oriundos da produção animal (aves, carne suína, ovos), de forma informal, sem o controle dos órgãos de fiscalização sanitária. Isso reflete não o descumprimento da legislação, mas sim a ineficácia das estruturas de informação e controle sanitário em atender às famílias assentadas do PA São Fidelis.

4 CONCLUSÕES

Mais do que apontar respostas generalistas sobre a questão abordada, o que se objetivou com o presente estudo foi entender a interconexão entre o que é previsto na legislação e o que realmente acontece dentro da escala de produção de um assentamento de reforma agrária. Neste sentido, concluímos que a legislação Sanitária brasileira, no que tange ao controle dos padrões higiênicos de qualidade microbiológica e sua rotulagem para comercialização, não consegue entrar no nível de conhecimento do Projeto de Assentamento São Fidélis. Pois, apesar de coexistirem formas ditas lícitas e ilícitas dentro do PA São Fidelis, tal denominação, ou seja, do que é lícito ou ilícito, não se aplica ao cotidiano dos assentados. A vida segue sem maiores



problemas e a inadequação aos termos da lei, não impede que todos possam produzir e comercializar seus produtos legitimamente no mercado local.

O que se pretende apontar aqui é justamente a necessidade da adequação não só dos termos da lei, mas principalmente dos órgãos de extensão rural e de defesa e vigilância sanitária. Onde sugere-se que os primeiros têm que atuar com mais dinamismo no aspecto educacional/formativo, de forma continuada e adequada às necessidades do conjunto do assentamento. Enquanto os demais órgãos devem atuar no processo formativo, buscando entender que são atuações em realidades diferentes e que por assim dizer, necessitam de intervenção diferenciada.

É necessário que o Estado, assuma o seu papel de gestor social, possibilitando mais investimentos na área de extensão rural e de vigilância sanitária. Além disso, que o mesmo, cumpra sua função de redução das desigualdades, possibilitando a essa pequena escala de produção, o seu enquadramento no que é considerado legal perante os órgãos de controle e fiscalização, para que o que é legítimo na produção em pequena escala, tradicional e culturalmente enraizada no saber popular, também possa ser considerado apto e inócuo ao consumo da população em geral.

A existência de riscos à saúde pública é real. O controle sanitário/microbiológico é necessário, mas também é de suma importância entender que a produção artesanal tem os seus próprios atributos de higiene e controle, logo o que falta é a adequação do conhecimento técnico/científico ao saber popular. Ação essa que não é impossível, mas que necessita da construção de um sistema de controle sanitário, voltado para a escala micro de produção, sem que isso implique em perda da relação cultural/tradicional do produtor com o seu produto final. Ou seja, é de importância ímpar reconhecer que o tradicional pode ser também inócuo, sem perder os seus atributos sociais de segurança alimentar.

Aponta-se assim, com o presente estudo, a necessidade da adequação da legislação sanitária ao saber popular/tradicional, respeitando as escalas de produção e os circuitos tradicionais de comercialização. O que possibilitaria o enquadramento oficial de milhares e milhares de produtores rurais, gerando emprego e arrecadação tributária para o próprio Estado. Nessa perspectiva, se fortalecerá a viabilidade e permanência dos produtores rurais no campo, e seus descendentes, gerando novas perspectivas de trabalho e de vida para os camponeses e para a juventude rural.



REFERÊNCIAS

_____. **Economia de Rede, o papel da distribuição e a problemática da Segurança Alimentar.** Reestruturação do Sistema Agroalimentar,: Questões Metodológicas. Renato S. Maluf & John Wilkinson (orgs); Raúl Green ... (*et alli*). Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999. 202p.
ALENTEJANO, PAULO ROBERTO R. **A Evolução do Espaço Agrário Fluminense.** *GEOgraphia*, ano 7, nº 73. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. ALENTEJANO, P. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n. 15, 2000.

AZEVEDO, PAULO FURQUIM; BANKUTI, FARENC ISTVAN. **Na Clandestinidade: O mercado Informal de Carne Bovina.** 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/azevedofurquim.pdf>. Acessado em 23 de jul. de 2006 às 22h26min.

BINSZTOK, JACOB. **Considerações sobre a organização da produção leiteira no espaço agrário brasileiro.** In: *GEOgraphia* – Ano. II – No 4 – 2000.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. – Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor. **Programa de Agroindustrialização da Produção Familiar: Documento Orientador sobre o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.** Brasília: MDA/SAF, 2008. BRESSAN, MATHEUS;

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Relatório de Gestão 2010 / Agência Nacional de Vigilância Sanitária.** Brasília: ANVISA, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produção integrada no Brasil: agropecuária sustentável alimentos seguros / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 1008 p. 96

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal: Legislação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretaria de Defesa Agropecuária – Brasília: MAPA/DAS, 2007.

CARRAZZA, LUIS ROBERTO; NOLETO, RODRIGO ALMEIDA; FIZOLA, BRUNO DE CARVALHO; (Orgs). **Cadernos de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade.** Brasília – DF: Instituto Sociedade, população e Natureza (ISPN), 2ª edição, 2012.



CEDRO. **Plano de Recuperação do Assentamento São Fidelis/São Fidelis - RJ.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR 07. Rio de Janeiro, 2013.

Cruz, F. T da & Schneider, S.. **Qualidade dos Alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais.** Rev. Bras. de Agroecologia. 5(2): 22-38 (2010). DELGADO, GUILHERME C. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003.** In: Jaccoud, Luciana. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: Ipea, 2005.

CRUZ, F. T., **Qualidade dos Alimentos e Escalas de Produção: Em Defesa de Critérios e Normas para Legitimação dos Produtos Artesanais/Tradicionais.** Apresentação Oral in: SOBER 47º Congresso - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Proto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

DELGADO, NELSON GIORDANO. **Negociações Comerciais Internacionais e Agricultura Familiar no Primeiro Governo LULA. Avanços e Impasses.** Mundo Rural IV: Configurações Rural-urbanas: Poderes e Políticas. Eli Napoleão de Lima; *et alli.* (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

DIAS, MARCELO MINÁ. **Extensão Rural para Agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”.** Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

FLEXOR, GEORGES; LEITE, SERGIO PEREIRA. **Análise de Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-metodológicas.** Mundo Rural IV: Configurações Rural-urbanas: Poderes e Políticas. Eli Napoleão de Lima; *et alli.* (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. FURTADO, CELSO. **Formação Econômica do Brasil.** 34ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, S. T., **Análise da economia leiteira brasileira.** Trabalho solicitado pela ABPLB e FAESP para reunião com Dr. Milton Dalari realizada em 30/01/95.

LEITE, SÉRGIO; *et alli.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo: editora UNESP, 2004. 392p. (Estudos NEAD, 6).

LINHARES, ELIZABETH; *et alli.* **Conhecendo os Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2002. MADANÊLO, D. H. V. DE LIMA; MARAFON, G. J. **O complexo agroindustrial da pecuária de leite no estado do Rio de Janeiro, 2002.**

MACEDO, MARIANO DE MATOS; BATALHA, MÁRIO OTÁVIO; SANTOS, CARLOS MANUEL V. A. **Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne bovina no Estado do Paraná /** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da UFSCAR. – Curitiba: IPARDES, 2002. 255 p.



MALUF, RENATO S. JAMIL. **Segurança Alimentar e Nutricional**/ Renato S. Jamil Maluf. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MALUF, RENATO S; MENEZES, FRANCISCO; VALENTE, FLÁVIO L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Revista Cadernos de Debate, vol. IV, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, pp 66-88, 1996.

MARTINELLI, MARÍA APARECIDA. **Codex Alimentarius e a Inocuidade de Alimentos**. Editora Biblioteca Virtual Proyecto FODEPAL. Unicamp. outubro, 2003.

MARTINS, J. S. **O Sujeito da Reforma Agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos**, In: Martins, J.S. (Coord.). Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, MARCELO COSTA. **Segurança Alimentar na Cadeia Produtiva do Leite e Alguns de Seus Desafios**. Revista de Política Agrícola. Ano XIII, nº3, jul./ago./set., 2004.

MEDEIROS, LEONILDE SERVEVOLO DE. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas / P. J. Quinn, B. K. Markey, M. E. Carter, W. J. Donnelly e F. C. Leonard; trad. Lúcia Helena Niederauer Weiss e Rita Denise Niederauer Weiss. – Porto Alegre: Artmed, 2005.

PEIXOTO, MARCOS; *et alli*. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara/Campos dos Goytacazes/RJ**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR 07. FAPUR-UFRRJ. Rio de Janeiro, mai.,2001. QUINN, P.J; *et alli*.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. PRADO JUNIOR, CAIO. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

ROCHA, SIGFREDO RODRIGUES. **A Carne Para Consumo Humano no Brasil Central: A Evolução da Pecuária de Corte, a Clandestinidade do Abate e a Eficácia da Norma**. Monografia de Final de Curso, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Curso de Especialização em Direito Sanitário para Profissionais de Saúde, Brasília, dez., 2003.

SIMIONATTO, IVETE. **Reforma do Estado ou Modernização Conservadora? O Retrocesso das Políticas Sociais Públicas nos Países do Mercosul**. 2006. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquivo150.htm>. Acessado em 18 de jul. de 2006 às 15h21min.

SOUZA, PAULO MARCELO DE; PONCIANO, NIRALDO JOSÉ; MATA, HENRIQUE TOMÉ DA COSTA. **Estrutura Fundiária das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de**

Janeiro: 1972 a 1998. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, n° 01, p. 071-091, jan/mar 2007 – impressa em março de 2007.

SPERS, EDUARDO EUGÊNIO. **Mecanismos de Regulação da Qualidade e Segurança em Alimentos.** Tese de Doutorado, Faculdade de Administração e Economia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

WILKINSON, John. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, p.62-87, 2003.

WILKINSON, JOHN; MIOR, LUIS CARLOS. **Setor Informal, Produção Familiar e Pequena Agroindústria: Interfaces.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n°13, out., 1999. 100